



QUAL IDADE? TENSÕES INSTIGADORAS ENTRE A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM CRECHE E A FUNDAMENTAL QUALIDADE PEDAGÓGICA NO COMEÇO DA VIDA

Which quality? Instigating tensions between the training of childcare professionals and the fundamental pedagogical quality at the beginning of life

Ana Teresa BRITO

Ispa-Instituto Universitário
Escola de Educação
EDUNOVA.ISPA
Lisboa, Portugal

anateresa.brito@ispa.pt

<https://orcid.org/0000-0002-5699-808X>

Elisabete X. GOMES

Instituto Politécnico de Setúbal
Escola Superior de Educação
CIEQV
Setúbal, Portugal

elisabete.gomes@ese.ips.pt

<https://orcid.org/0000-0001-6635-6307>

Raquel CORVAL

ProChild CoLab Against Poverty and Social Exclusion
Association (ProChild CoLAB)
Guimarães, Portugal

Raquel.corval@Prochildcolab.pt

<https://orcid.org/0009-0003-6005-1985>

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo

RESUMO

Nos últimos anos, tem-se verificado em Portugal um investimento governamental crescente na creche, traduzido essencialmente no aumento da taxa de cobertura e no reforço de medidas de promoção do acesso. Entre outras políticas públicas recentes, destaca-se a homologação do primeiro documento oficial sobre a atividade pedagógica - as Orientações Pedagógicas para Creche. Apesar da relevância destas medidas, constata-se que não foram acompanhadas de um investimento na formação das equipas e na promoção da qualidade destes contextos. Considerando que a investigação aponta para uma associação positiva entre a formação inicial e contínua de profissionais de educação de infância e a qualidade da sua prática pedagógica, este artigo apresenta tensões instigadoras decorrentes das múltiplas transformações em curso.

PALAVRAS-CHAVE: Creche. Formação em Educação de Infância. Qualidade pedagógica.

ABSTRACT

In recent years, there has been growing government investment in childcare centers in Portugal, essentially reflected in an increase in the coverage rate and the reinforcement of measures to promote access. Other recent public policies include the approval of the first official document on pedagogical activity - the Pedagogical Guidelines for Daycare. Despite the importance of these measures, they were not supported by investment in staff training and in promoting the quality of these settings. Considering that research points to a positive association between the initial and ongoing training of early childhood education professionals and the quality of their teaching practice, this article presents instigating tensions arising from the multiple transformations in course.

KEYWORDS: Childcare centers. Training in Early Childhood Education. Pedagogical quality.

INTRODUÇÃO

A minha história
É outra
E começa agora

Estou sempre
a começar

Adília Lopes,
A Árvore Cortada (2006)

As crianças com menos de 3 anos representavam, em 2020, cerca de 3,4% da população portuguesa (Conselho Nacional de Educação, 2021). Tendo em conta os atuais números da pobreza infantil - cerca de 18% das crianças estão em situações de risco de pobreza (Carvalho, Fanha, Fonseca e Peralta, 2025) - a dificuldade de conciliação entre a vida familiar e a vida profissional por parte das famílias e a curta duração das licenças parentais, tem-se verificado uma preocupação crescente com as respostas direcionadas à primeira infância, em particular com a creche. Vive-se atualmente em Portugal, uma fase de crescente investimento na resposta de creche, acompanhada de elevadas expectativas, que se constitui como uma janela de oportunidade para investir no acesso, mas também na sua elevada qualidade, a única que as evidências da investigação apontam como associadas à promoção do desenvolvimento e do bem-estar de todas as crianças (Heckman, 2008; Slot, 2018).

Neste artigo, focamos o investimento governamental crescente na creche em Portugal, a sua progressiva tradução no aumento da taxa de cobertura e o reforço na promoção do acesso universal de todas as crianças a instituições de educação de infância, nomeadamente entre os 0 e os 3 anos. Destacamos políticas públicas atuais, tal como a homologação das Orientações Pedagógicas para Creche, o primeiro documento oficial sobre a atividade pedagógica nesta etapa de vida. Sublinhamos também as tensões e turbulências pois, apesar da importância destas medidas, verifica-se a necessidade de promover a qualidade destes contextos e a formação das/os profissionais. Partindo das tensões instigadoras decorrentes das múltiplas transformações em curso, reiteramos a esperança na construção de uma nova história, de qualidade e respeito, pelo fundamental começo de vida, proclamando, com a poeta Adília Lopes, o que a criança nos diz continuamente, "A minha história/É outra/E começa agora. Estou sempre a começar" (Lopes, 2006).

DINÂMICAS TRANSFORMADORAS: DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR À EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA

Em Portugal, assistimos a uma abertura da assunção da Educação Pré-escolar (3-6 anos) como primeira etapa da educação básica (Lei de Bases do Sistema Educativo - LBSE, 1986; Lei-quadro nº5/97, de 10 de fevereiro), considerando-a, progressivamente, como Educação de Infância, abrangendo crianças com idades entre os 0 e 6 anos. As Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar (OCEPE) defendem-no claramente, quando afirmam que, apesar da legislação do sistema educativo incluir apenas a Educação Pré-escolar a partir dos 3 anos, “importa que haja uma unidade em toda a pedagogia para a infância e que o trabalho profissional com crianças [...] tenha fundamentos comuns e seja orientado pelos mesmos princípios” (Lopes da Silva, Marques, Mata e Rosa, 2016, p. 5). Esta afirmação, tem eco e tradução nas recentes Orientações Pedagógicas para Creche (Marques, Azevedo, Folque & Araújo, 2024) que também os assumem como seus.

Embora a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE, 1986) não inclua a educação dos 0 aos 3 anos, é importante referir que este foi, pela primeira vez, um desígnio plasmado nos programas eleitorais dos partidos políticos em 2024, como descrevemos em seguida. Destacamos, também, iniciativas de âmbito nacional reveladoras da aproximação da resposta Creche ao sistema educativo, num diálogo mais próximo entre o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - que, atualmente, tutela esta resposta - e o Ministério da Educação, Ciência e Inovação, que tutela a Educação Pré-escolar.

Abertura do espaço político para a inclusão da creche na Lei de Bases do Sistema Educativo

A Lei de Bases do Sistema Educativo (1986) estabelece em Portugal os princípios que orientam a educação no país, abrangendo a Educação Pré-escolar (3 – 6 anos), bem como os Ensinos Básico, Secundário e Superior. A solicitação da sua revisão tem sido recorrente, particularmente no que diz respeito à inclusão da valência de Creche no sistema educativo, refletindo uma crescente valorização da educação dos primeiros anos de vida como alicerce fundamental para o bem-estar, desenvolvimento e aprendizagem de todas as crianças.

Tomando como base o direito à educação das crianças desde o nascimento - consignado na Convenção dos Direitos da Criança (1989), ratificada em Portugal em 1990 - o Estudo “Educação das Crianças dos 0 aos 3 anos” (Conselho Nacional de Educação, 2010) e a Recomendação nº 3/2011 do Conselho Nacional de Educação, constituíram uma alavanca fundamental na defesa sustentada desta inclusão; mais tarde, uma petição promovida pela Associação de Profissionais de Educação de Infância (APEI)¹, deu entrada na Assembleia de República em março de 2021, com 14067 assinaturas, solicitando a inserção da educação dos 0-3 anos no sistema educativo, através da alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo; propunha-se, designadamente, que a educação pré-escolar se passasse a designar como educação de infância “destinando-se a todas as crianças desde o seu nascimento até à idade de ingresso no ensino básico, independentemente das entidades responsáveis pela sua promoção”.

Paralelamente, o Plano de Ação da Garantia para a Infância 2022-2030 representa uma forte aposta em serviços e bens essenciais como a educação desde os primeiros anos, nomeadamente, a implementação progressiva da gratuitidade das creches até 2024 e a qualificação das respostas sociais dirigidas às crianças dos 0 aos 3 anos.

Mais recentemente, a conferência “Uma Política para a Infância”, realizada em 2023 com envolvimento conjunto das Comissões Parlamentares de Educação e Ciência e de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, no âmbito da Assembleia da República, trouxe, igualmente, evidência científico-pedagógica desta inclusão para o debate político.

A abertura do espaço político a esta possibilidade, foi particularmente visível no posicionamento dos partidos políticos na campanha para as eleições legislativas em 2024, com propostas a confluírem em eixos fundamentais comuns, nos quais se destacam, nos partidos à esquerda, i) a defesa da universalização da educação na primeira infância e o financiamento público das creches; ii) a integração das creches no sistema educativo como uma extensão natural da Lei de Bases do Sistema Educativo, alinhada com o direito à educação desde os primeiros anos de vida; iii) a necessidade de formação adequada para educadores de infância e de melhores condições de trabalho. Os partidos de centro e direita, reconhecendo a importância da educação de infância e a integração das respostas educativas desde o nascimento na LBSE, propõem

¹Site de acesso: <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalhePeticao.aspx?BID=13592>

ainda modelos de parceria público-privada ou apoios diretos às famílias para escolherem as creches, enfatizando a flexibilidade da oferta educativa com a intenção de que as famílias escolham entre soluções públicas e privadas.

Estas propostas têm raízes políticas profundas, em que assenta a democracia em Portugal, onde a inclusão e valorização da educação se constituem como pilares de direito fundamental. A expansão da rede, defendida e ambicionada em educação de infância para todas as crianças, será, potencialmente, um importante passo na sua viabilização, como apresentamos em seguida.

Expansão da rede - generalização do acesso à educação na infância

Neste contexto de reflexão crítica sobre a inclusão da creche (0-3anos) na Lei de bases do Sistema Educativo, emerge um despacho conjunto do Ministério da Educação, Ciência e Inovação e do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (Despacho n.º 8251/2024) que constitui um grupo de trabalho para o estudo e apresentação de propostas com vista à generalização do acesso à educação nos primeiros anos de vida. O seu texto introdutório afirma que, face à “assunção dos quatro princípios gerais da Convenção sobre os Direitos da Criança — a não discriminação, o interesse superior da criança, a sobrevivência e o desenvolvimento e a participação da criança” em conjugação com “os direitos à educação e cultura considerados na Constituição da República Portuguesa”, se impõe “o dever de prover condições de acesso equitativo à educação na infância, nas vertentes de creche e educação pré-escolar, e assegurar a qualidade dos serviços prestados.”

Referindo a gratuitidade da frequência de resposta social de creche, consagrada na Portaria n.º 198/2022, de 27 de julho, como uma medida fundamental e “comprovada no combate à pobreza infantil, através da promoção da integração e da igualdade de acesso de oportunidades a todas as crianças, independentemente do contexto socioeconómico”, defende que o investimento realizado pelo Estado, viabilizando “as medidas para a progressiva universalização do acesso e da gratuitidade da creche e da educação pré-escolar” deve ser igualmente acompanhado “pela garantia de continuidade educativa para todas as crianças, entre a creche e a educação pré-escolar”.

Sublinhando a relevância da tomada de “medidas tanto ao nível do acesso, como da qualidade respeitando princípios instrumentais de cooperação interministerial e de auscultação e consulta de parceiros sociais”, apresenta a missão deste grupo assente

na a) realização do diagnóstico da rede de estabelecimentos de creche e de jardim de infância existente; b) apresentação de um plano de ação assegurando a gratuitidade na educação pré-escolar das crianças abrangidas pelo Programa Creche Feliz, programa que operacionaliza a medida de gratuitidade da frequência de creche (Portaria n.º 198/2022); e na c) proposta de uma estratégia que “assegure a continuidade na transição da creche para a educação pré-escolar e a qualidade pedagógica da resposta integrada para as crianças entre os 0 e os 6 anos de idade.”

Orientações Pedagógicas para Creche: uma bússola orientadora para a qualidade das práticas pedagógicas

Portugal constitui-se atualmente como um dos países europeus que garante maior número de vagas em creche, com os dados mais recentes a apontarem para uma taxa de cobertura em Portugal de 55,2% (Conselho Nacional de Educação, 2024). Contudo, o aumento da taxa de cobertura e a promoção do acesso das famílias não se tem refletido numa aposta efetiva ao nível da qualidade dos serviços. Se considerarmos que o nosso país se encontra no topo dos países europeus em que as crianças passam mais tempo na creche (mais de 30 horas semanais), estes dados assumem uma importância ainda mais significativa (Conselho Nacional de Educação, 2020). Ainda assim, importa destacar positivamente relativamente a esta matéria, a homologação do primeiro documento oficial a oferecer orientações para uma prática pedagógica de elevada qualidade em creche. Até à sua publicação, em março de 2024, a ausência de orientações oficiais de âmbito pedagógico, traduzia-se numa elevada variabilidade de práticas, cuja qualidade é tendencialmente média/baixa (Barros et al., 2016; Barros; Aguiar, 2010; Pinto et al., 2013; Pinto et al., 2019).

As Orientações Pedagógicas para Creche constituem-se como um mapa coerente quanto aos fundamentos e princípios da pedagogia da infância e à sua operacionalização. Neste sentido, apresentam-se como um passo fundamental, dado de forma colaborativa pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação e pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social para a promoção de uma resposta de elevada qualidade. A ênfase no reconhecimento das competências da criança, no papel do educador enquanto figura de referência facilitadora de interações sensíveis, responsivas e promotoras do desenvolvimento, na intencionalidade pedagógica, no envolvimento efetivo das famílias e na articulação com os recursos da comunidade,

reflete o natural afastamento de práticas de natureza exclusivamente assistencialista ou de escolarização precoce.

É com esta base em iniciativas governamentais promotoras da qualidade das creches que perspetivamos o Projeto Europeu *Melhorar a qualidade da educação e dos cuidados na primeira infância através do reforço da governação, da monitorização e da avaliação*, também como elemento-chave na passagem da Educação Pré-escolar para a Educação de Infância, como se apresenta em seguida.

A construção de um Referencial nacional da qualidade

O projeto europeu *Melhorar a qualidade da educação e dos cuidados na primeira infância através do reforço da governação, da monitorização e da avaliação* tem como finalidade elaborar um referencial nacional da qualidade para a educação de infância (0-6 anos de idade). Este projeto multinacional envolve a Bulgária e Portugal, através de uma candidatura conjunta do Ministério da Educação, Ciência e Inovação / Direção-Geral da Educação e do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social / Instituto da Segurança Social, ao *Technical Support Instrument Programme*, da Comissão Europeia.

Tendo como base os princípios do quadro da qualidade da União Europeia para a educação de infância, o projeto, com dois anos de duração (2024/2026), é financiado pela União Europeia e implementado pela UNICEF².

A sua finalidade é elaborar um referencial nacional de qualidade para a educação de infância (0-6 anos), em Portugal e na Bulgária, assentando num trabalho colaborativo com profissionais da educação, parceiros sociais, investigadores, associações de profissionais, fundações e outras entidades que têm intervenção no âmbito da educação de infância e que constituem o Grupo de Trabalho do projeto.

Com a finalidade de garantir o direito à educação de qualidade para todas as crianças, com a concepção de um referencial nacional da qualidade pretende-se construir uma visão consistente e partilhada na educação de infância, desenvolvendo a qualidade da educação e dos cuidados à infância.

O sucesso do projeto, como partilhado no seu lançamento, depende da colaboração, do envolvimento no processo, da partilha de informações e da abertura

² Site de acesso:

<https://www.unicef.org/eca/media/36901/file/Raising%20the%20quality%20of%20early%20childhood%20education%20and%20care%20Portuguese.pdf>

em relação às opiniões, pensamentos e ideias de todos os envolvidos. Esta colaboração ativa no âmbito da Educação de Infância entre os dois Ministérios constitui-se como oportunidade pioneira e potencial alavanca para a integração da creche na Lei de Bases do Sistema Educativo, um direito há muito reclamado pelos profissionais de educação e pela investigação, como basilar para a dignificação dos direitos da criança.

De destacar, no desígnio de alavancagem da qualidade na UE para a educação e cuidados na primeira infância, os documentos e políticas de referência, que constituem inspiração de base para este Referencial nacional da qualidade, nomeadamente, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (UNICEF, 1989); o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 das Nações Unidas que prevê que todas as crianças tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, a cuidados e à educação pré-escolar até 2030 (United Nations, 2015); e a Recomendação do Conselho Europeu sobre sistemas de elevada qualidade para a educação de infância publicada em 22 de maio de 2019 (Conselho da União Europeia, 2019). Nesta recomendação, destaca-se a relevância da formação dos profissionais de educação para o bem-estar, desenvolvimento e aprendizagem das crianças nos primeiros anos de vida, afirmando que:

Para desempenhar o seu papel profissional no apoio às crianças e às famílias, o pessoal dos serviços de educação e acolhimento na primeira infância precisa de ter uma gama complexa de conhecimentos, aptidões e competências, bem como uma compreensão profunda do desenvolvimento infantil e conhecimentos de pedagogia da primeira infância. A profissionalização do pessoal é fundamental porque um nível de preparação mais elevado se correlaciona positivamente com um serviço de melhor qualidade, com uma maior qualidade das interações entre o pessoal e as crianças e, portanto, com melhores resultados no desenvolvimento das crianças. (Conselho da União Europeia, 2019, p.3).

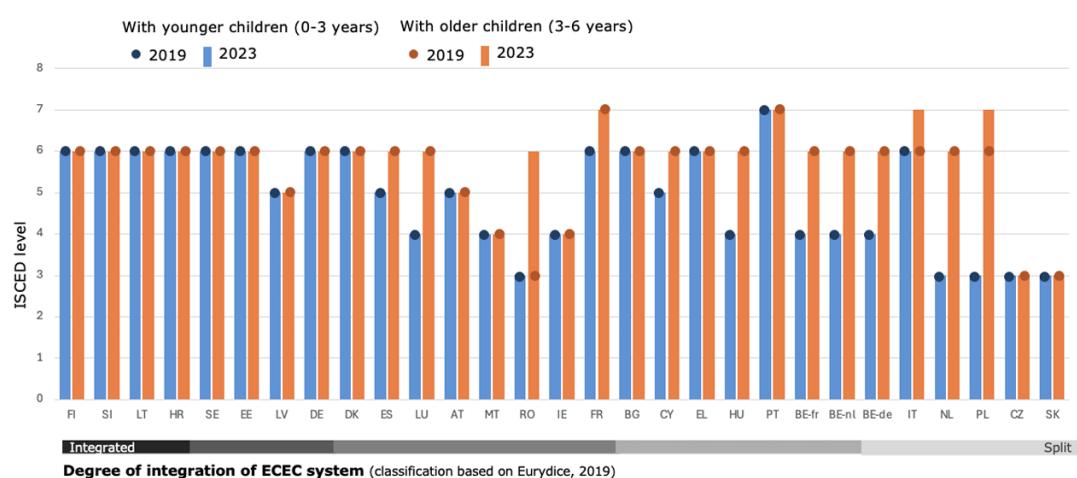
Nesta Recomendação (Conselho da União Europeia, 2019), a formação dos profissionais em Educação de Infância é um indicador de qualidade apresentado no Quadro de Qualidade da União Europeia. Também neste novo projeto europeu, a formação dos profissionais é um dos pilares fundamentais para melhorar a qualidade da educação e dos cuidados na primeira infância a integrar no referencial nacional da qualidade para a educação de infância em Portugal (0-6 anos de idade),

Neste âmbito, detemo-nos, em seguida, sobre a capacitação dos profissionais de creche, a forma mais eficaz de promoção da qualidade das práticas pedagógicas. Da formação inicial de educadoras/es de infância ao desenvolvimento profissional das equipas de creche, pretende-se destacar as janelas de oportunidade e as turbulências atualmente vividas, nomeadamente no enquadramento legal e na oferta formativa em Portugal, com foco intencional nos 3 primeiros anos de vida.

A formação inicial de educadoras/es de infância: que espaços para a creche e para os 0-3 anos?

Considerando que a investigação aponta para uma associação positiva entre a formação inicial e contínua dos profissionais de educação de infância e a qualidade da sua prática pedagógica (Egert et al., 2020; Hamre et al., 2012; Manning et al., 2019), é fundamental perceber de que modo a formação inicial integra as tensões e desenvolvimentos políticos acima identificados. De acordo com a revisão de literatura feita por Cadima et al. (2020), existe abundante evidência sobre os contributos da formação inicial de educadoras para a qualidade de processo da educação de crianças até aos três anos de idade, sendo apresentados estudos que suportam a relevância de uma formação inicial academicamente mais exigente. Ora, em Portugal, a formação requerida para o exercício profissional como educadora de infância obtém-se no ensino superior desde os anos 1980, em que era exigido o bacharelato, sendo que, desde 2007, se requer o grau de mestre, quer exerça as suas funções em Jardim-de-infância ou em Creche, convergindo com as recomendações evidenciadas. Este é uma característica única do sistema educativo português no contexto da União Europeia, conforme o relatório da Comissão Europeia sobre a qualidade em educação de infância (Hulpia et al., 2024).

Quadro 1 – Formação na União Europeia para o exercício profissional em creche e em jardim-de-infância



Fonte: Hulpia et al., 2024, p. 53.

Como se pode verificar no quadro 1, na União Europeia continua a verificar-se a existência de formações diferenciadas para o exercício profissional em creche e em jardim-de-infância, registando-se uma maior exigência de qualificação académica para o trabalho com crianças dos 3 aos 6 anos de idade. No entanto, as recomendações vão no sentido de alargar a formação e de encontrar mecanismos de equilibrar os requisitos.

Contudo, para além da extensão da formação e do nível académico, interessa verificar quais as oportunidades de aprendizagem sobre os primeiros anos de vida e sobre os contextos de creche ao longo dos cursos de habilitação profissional. Este aspeto torna-se ainda mais relevante perante as evidências recolhidas relativas às características da formação, dado o contributo para a qualidade da formação específica para trabalhar com crianças e bebés: “os estudos sugerem que a formação especializada no trabalho com bebés e crianças pequenas é fundamental para uma elevada qualidade dos processos” (Cadima et al., 2020, p. 25, tradução nossa³). Também o relatório da Comissão Europeia, considera que

[...] embora o nível mínimo de qualificação seja um indicador útil para acompanhar as mudanças e as diferenças na formação inicial, não fornece informações sobre o conteúdo, a duração ou os tipos de actividades de aprendizagem incluídas nesta formação inicial.⁴ (Hulpia et al., 2024, p.53, tradução nossa).

É neste contexto que nos interessa recuperar as considerações de estudos anteriores sobre os cursos que, em Portugal, promovem a habilitação profissional docente de educadoras/es de infância (Gomes; Brito, 2022; Valente; Feio; Leite, 2023, entre outros), no sentido de verificarmos se à exigência dos requisitos mínimos de entrada na profissão correspondem fortes oportunidades de formação específica para as diferentes idades. A habilitação profissional docente, desde a adesão de Portugal ao processo de Bolonha em 2006, concretiza-se em dois ciclos de estudos: Licenciatura em Educação Básica e, no caso da habilitação como educador/a de infância, Mestrado em Educação Pré-Escolar ou Mestrado em Educação Pré Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico; as autoras referidas clarificam o peso e condicionamento legal destes percursos de formação, dada a diminuta margem de autonomia que as instituições de ensino superior portuguesas dispõem. De acordo com Gomes e Brito (2022), o espaço reservado ao estudo da pedagogia, da infância e ao contexto de creche na matriz curricular era especialmente diminuto, evidenciando-se a sua presença nos Mestrado

³ No original: “studies suggest that specialised training in working with infants and toddlers is critical to high process quality.”

⁴ No original: “while the minimum qualification level is a useful indicator to track changes and differences in initial training, this does not provide information regarding the content, length or the types of learning activities included in this initial training”

em Educação Pré Escolar e a tendencial ausência nos Mestrado em Educação Pré Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico – com exceção de algumas instituições do ensino superior, como é o caso dos Institutos Politécnicos de Coimbra, Leiria, Santarém, Setúbal que, em 2015, integraram a creche como contexto de estágio e de formação, bem como o Instituto Superior de Ciências Educativas (instituição privada).

Estes resultados foram corroborados e expandidos pelo estudo Pro-formação 0-3 (Aguiar et al., 2023) cujas conclusões apontam para uma menor oportunidade de formação inicial específica sobre creche e sobre as primeiras idades na formação inicial docente disponível em Portugal, quando comparada com a formação para Jardim de infância e para as idades 3-6 anos. Este estudo afirma que o Mestrado em Educação Pré Escolar é o que melhor prepara para o trabalho pedagógico em creche, uma vez que se evidencia um equilíbrio entre o peso dos estágios e unidades curriculares dedicadas à creche e ao Jardim-de-infância.

Já nos Mestrados em Educação Pré Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico, encontra-se uma grande diversidade de opções. Quando comparada a matriz curricular e os programas das unidades curriculares de ambos os cursos, constata-se que no MEPE aproximadamente 1/4 dos 3 semestres do ciclo de estudos se dedicam à especificidade da creche e do período 0-3 anos de vida, sendo que no Mestrado em Educação Pré Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico esta proporção desce para cerca de 1/6 das oportunidades de formação⁵. Acresce que, de acordo com Gomes e Brito (2022) e com Aguiar et al. (2023), a oferta disponível de cursos de Mestrado em Educação Pré Escolar tem vindo a diminuir perante a prevalência de cursos de Mestrado em Educação Pré Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico nas instituições de ensino superior portuguesas, pelo que se torna especialmente relevante acompanhar as tendências de transformações no quadro legal da habilitação profissional docente e nos ciclos de estudos existentes.

Alterações em turbulência no enquadramento legal e na oferta formativa em Portugal

Ao longo do ano de 2023, por iniciativa do Ministério da Educação, foi desencadeado um debate sobre as possibilidades de alteração da habilitação profissional, tendo por principal objetivo prover o sistema educativo português com um

⁵ Conforme infografia disponível no hiperlink: [ProFormação 0-3: Caracterização da formação dos Profissionais das Creches - ProChild CoLAB](https://doi.org/10.5007/1980-4512.2025.e104941).

maior número de docentes habilitados. Em novembro de 2023, foi publicada uma alteração ao decreto-lei da habilitação para a docência na qual, pela primeira vez, surge explicitamente a menção ao contexto de creche e ao estágio com crianças até aos três anos de idade. Porque o estágio “tem um papel fundamental se instituído como um tempo/espaço de discussões teóricas/ vivências/ reflexivas/ afetivas/ propositivas que busca aproximar o futuro professor de seu campo de atuação profissional” (Vicente; Pessoni, 2023, p. 727), atribuímos forte relevância a este momento que inaugura a sua presença no enquadramento legal da formação inicial, assim:

Artigo 6.º

Princípios gerais

Os ciclos de estudos que visam a aquisição de habilitação profissional para a docência têm como referenciais:

- a) Os princípios gerais constantes do n.º 1 do artigo 33.º da Lei de Bases do Sistema Educativo; b) **As orientações pedagógicas para a creche**, as orientações curriculares para a educação pré-escolar e as matrizes curriculares -base dos ensinos básico e secundário

Artigo 11.º

Iniciação à prática profissional

[. . .]

1.

- c) Realiza-se **em grupos das creches** ou dos jardins-de-infância, bem como nos diferentes níveis e ciclos de ensino abrangidos pelos grupos de recrutamento para os quais o ciclo de estudos prepara (Decreto-Lei n.º 9/A de 2025).

Sendo uma presença discreta, o facto é que se trata da primeira vez que o enquadramento legal da habilitação profissional docente explicita a creche e a possibilidade de aí ser feita formação e estágios curriculares no quadro da formação inicial docente. Até 2025, a formação acontecia por iniciativa das instituições de ensino superior, dentro da autonomia que lhes é atribuída por lei.

Este decreto-lei entrou em vigor em 2025 e os seus efeitos na matriz curricular dos ciclos de estudos serão obrigatórios a partir de 2025-26. No entanto, além e aquém das alterações formais da lei, que ocorrem por iniciativa governamental, existem outros atores que influenciam o ritmo e a concretização das alterações às características da formação inicial. Referimo-nos aqui, especificamente, à Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior que interfere duplamente com a concretização das alterações aos planos de estudos: por um lado, as alterações propostas pelas instituições de ensino superior ao abrigo das alterações legais têm de ser avaliadas e acreditadas pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, por outro lado, a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior fixou um ritmo de avaliação regular dos ciclos de estudos em funcionamento, independente de qualquer alteração lei. Assim sendo, em 2023 e 2024, estamos a viver, simultaneamente, perante uma

alteração ao enquadramento legal e uma etapa do ciclo de avaliação regular dos ciclos de estudos em funcionamento na área de educação em Portugal.

Numa pesquisa feita no sítio oficial da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, em novembro de 2024, foi possível constatar que um conjunto significativo de instituições de ensino superior submeteu à avaliação e renovação de acreditação os seus ciclos de estudos de mestrado, a partir de 2021. A plataforma oficial⁶ permite observar que 24 IES fizeram este processo e obtiveram nova acreditação. No entanto, nem todas as IES publicaram novos planos de estudos, mantendo-se em funcionamento planos de estudos tal como avaliados, acreditados e publicados entre 2015 e 2020, a par de outros já publicados entre 2022 e 2024 – facto que atribuímos à concomitância com a alteração ao enquadramento legal da formação inicial de docentes de todos os níveis de ensino não superior, às diferenças de datas de submissão dos processos por parte das IES e ao diferente entendimentos do exercício de autonomia científica destas instituições.

Ou seja, estamos a analisar as mudanças numa fase transitória, em que a ambiguidade e fluidez são as suas marcas mais fortes, inibindo a possibilidade de chegar a conclusões válidas sobre as transformações nas características da formação inicial de educadoras. De facto, da pesquisa feita identificaram-se novos planos de estudos que reforçaram as oportunidades de formação em creche e sobre as idades 0-3 anos nos Mestrados em Educação Pré-escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico (é o caso da Universidade de Évora). No entanto, constamos igualmente a ausência de referências à creche nos novos planos de estudos do Mestrados em Educação Pré-escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico de outras instituições (é o caso da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, do Instituto Politécnico do Porto ou do Instituto Superior de Educação e Ciências).

DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL: QUE ESPAÇOS PARA A CRECHE E PARA OS 0-3 ANOS?

Embora vários estudos apontem para uma relação positiva entre as qualificações iniciais dos profissionais de educação de infância e a qualidade dos contextos (Manning et al., 2019), os modelos de desenvolvimento profissional em contexto, apresentam-se como a forma mais eficaz de assegurar um investimento ao nível da qualidade das

⁶ disponível no hiperlink: [Acreditação de Ciclos de Estudos | A3ES](#)

interações ao longo do tempo (Buysse et al., 2009; Sheridan, et al., 2009). Por desenvolvimento profissional entende-se os diferentes tipos de oportunidades de aprendizagem, incluindo as que resultam ou não na obtenção de um grau ou de certificação, as que ocorrem em contextos formais de ensino, e as que ocorrem em ambientes informais e em contexto (Buysse et al., 2009).

Estudos recentes (Egert et al., 2020; Guo et al., 2011; Hamre et al., 2012; Markussen-Brown et al., 2017), mostram que o desenvolvimento profissional promove, junto dos profissionais de educação de infância, a aquisição de conhecimentos, níveis mais elevados de autoeficácia, um ajustamento das crenças e o aumento da qualidade das práticas em contexto de educação de infância. Suportados pelas evidências descritas, alguns programas têm vindo a ser desenvolvidos e implementados em Portugal com grande enfoque na especificidade do trabalho em creche e na formação em contexto, nomeadamente, o modelo de pedagogia em participação (Formosinho; Formosinho, 2013) e o modelo de desenvolvimento e educação em creche (Corval et al., 2024).

UM FUTURO PROMISSOR

Foram descritas dinâmicas transformadoras com um elevado potencial de mudança do paradigma existente, quer pela sua qualidade, quer porque Portugal se encontra perante um conjunto de fatores estruturais e contextuais particularmente favorável. A gratuitidade universal da frequência de creche está estabelecida como um objetivo, prevendo-se o seu alargamento através do aumento de lugares disponíveis, justificada pela elevada procura por parte das famílias. Por outro lado, o elevado número de educadores/as de infância a atingir a idade da reforma no ensino pré-escolar público, poderá conduzir a um aumento da procura destes lugares por parte dos/as profissionais com mais tempo de serviço em creche. Este facto poderá potenciar uma entrada significativa de novos e mais jovens educadores/as de infância nas creches, o que se constitui como uma oportunidade de investimento na sua capacitação.

Considerando as evidências que reforçam a importância dos contextos educativos de elevada qualidade na promoção do desenvolvimento das crianças dos 0 aos 3 anos de idade, a atual configuração sociopolítica reforça a necessidade, a oportunidade e a relevância de uma visão integrada, multinível e ecológica centrada na qualidade dos contextos de creche.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ana Lúcia; GREGÓRIO, Inês; BRITO, Ana Teresa; CADIMA, Joana; BARROS, Luísa. Formação em Educação de Infância em Portugal: caracterização e desafios. **Educação e cidades: tempos, espaços, atores e culturas.** Atas do XVI Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (pp. 328-335). Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 2023.

BARROS, Sílvia; AGUIAR, Cecília. Assessing the quality of Portuguese child care programs for toddlers. **Early Childhood Research Quarterly**, v. 25, n.10, p. 527-535, dez. 2010.

BARROS, Sílvia; CADIMA, Joana; BRYANT, Donna M.; COELHO, Vera; PINTO, Ana Isabel; PESSANHA, Manuela; PEIXOTO, Carla. Infant child care quality in Portugal: Associations with structural characteristics. **Early Childhood Research Quarterly**, v. 37, p. 118-130, jul. 2016.

BUYSE, Virginia, WINTON, Pamela; ROUS, Beth. Reaching consensus on a definition of professional development for the early childhood field. **Topics in Early Childhood Special Education**, v. 28, n. 4, p. 235-243, fev. 2009.

CADIMA, Joana; NATA, Gil; BARROS, Sílvia; COELHO, Vera; BARATA, Clara. Literature review on early childhood education and care for children under the age of 3. **OECD Education Working Papers**, n. 243), p. 4-73, dec. 2020.

CARVALHO, Bruno, FANHA, João, FONSECA, Miguel e PERALTA, Susana. **Portugal, balanço social 2024 Relatório anual.** Disponível em: https://www.novasbe.unl.pt/Portals/0/Files/Reports/BS_SEI_2024/Portugal_Balanco_Social_2024_Relatorio.pdf. Acesso em: 10 fev. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Estado da Educação 2020.** Conselho Nacional de Educação, 2021. Disponível em: https://www.cnedu.pt/content/edicoes/estado_da_educacao/EE2020_WEB_04.pdf. Acesso em: 10 fev. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Estado da Educação 2023.** Conselho Nacional de Educação, 2024. Disponível em: https://www.cnedu.pt/content/EE2023/Versao_Integral/EE2023.pdf. Acesso em: 10 fev. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Educação das crianças dos 0 aos 3 anos /** coord. Teresa Vasconcelos, 2010 (Estudos e Seminários). Disponível em: <https://www.cnedu.pt/pt/publicacoes/seminarios-e-coloquios/educacao-das-criancas-dos-0-aos-3-anos>. Acesso em: 24 jun. 2025.

CORVAL, Raquel; MARTINS, Silvana; CARVALHO, Andreia; CARVALHO, Cindy; FIALHO, Ana; MOUTINHO, Vanessa; CADIMA, Joana; BRITO, Ana Teresa; PORTUGAL, Gabriela; BARROS, Luísa; AGUIAR, Cecília; SOARES, Isabel. Effects of a professional development model on teacher-child Interactions and child engagement in Portuguese childcare centers: preliminary findings. Comunicação oral no simpósio “**Improving the quality**

of education in early childhood: from research to public policies", International Society for the Study of Behavioural Development, Lisboa, 2024.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. **Recomendação do Conselho de 22 de maio de 2019 relativa a sistemas de educação e acolhimento na primeira infância de elevada qualidade**, 2019. Disponível em: [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32019H0605\(01\)](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32019H0605(01)) Acesso em: 24 jun. 2025.

EGERT, Franziska; DEDERER, Verena; FUKKINK, Ruben G. The impact of in-service professional development on the quality of teacher-child interactions in early education and care: A metaanalysis. **Educational Research Review**, v. 29, [100309], dez. 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1747938X19301435>. Acesso em: 10 fev. 2025.

GOMES, Elisabete Xavier; BRITO, Ana Teresa. A alunização da infância: o indelével contributo da formação inicial de educadoras/es em Portugal. **Debates em Educação**, [S. l.], v. 14, n. Esp, p. 190–216, 2022. DOI: 10.28998/2175-6600.2022v14nEsp190-216. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/12663>. Acesso em: 24 jun. 2025.

GUO, Ying; JUSTICE, Laura M.; SAWYER, Brook; TOMPKINS, Virginia. Exploring factors related to preschool teachers' self-efficacy. **Teaching and Teacher Education**, v. 27, p. 961–968, jul. 2011.

HAMRE, Bridget K.; PIANTA, Robert C.; BURCHINAL, Margaret; FIELD, Samuel M.; LOCASALE-CROUCH, Jenifer; DOWNER, Jason T.; HOWES, Carolee; LAPARO, Karen; SCOTT-LITTLE, Catherine. A course on effective teacher-child interactions: Effects on teacher beliefs, knowledge, and observed practice. **American Educational Research Journal**, v. 49, n. 1, p. 88–123, fev. 2012.

HECKMAN, James. **Early childhood education and care**. The case for investing in disadvantaged young children. CESifo DICE Report, 6(2), 3–8, 2008. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/166932/1/ifo-dice-report-v06-y2008-i2-p03-08.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2025.

HULPIA, Hester; SHARMAHD, Nima; BERGERON-MORIN, Lisandre; DE PRÉ, Laura; CRÊTEUR, Stephanie; DUNAJEVA, Jekatyerina. **Quality in early childhood education and care** (ECEC): state of play in the EU Member States based on the European Quality Framework. NESET report. Luxemburgo: Publications Office of the European Union, 2024.

LOPES, Adília. **Le Vitrail la nuit / A árvore cortada**. Lisboa: & etc., 2006.

LOPES DA SILVA, I.; MARQUES, L.; MATA, L.; ROSA, M. **Orientações curriculares para a educação pré-escolar**. Lisboa: Direção-Geral da Educação, 2016. Disponível em: https://www.dge.mec.pt/ocepe/sites/default/files/Orientacoes_Curriculares.pdf. Acesso em: 21 jun. 2025.

MANNING, Mathew; WONG, Gabriel T. W.; FLEMING, Christopher M.; GARVIS, Susanne. Is Teacher Qualification Associated With the Quality of the Early Childhood Education

and Care Environment? A Meta-Analytic Review. **Review of Educational Research**, v. 89, n. 3, p. 370–415, mar. 2019.

MARKUSSEN-BROWN, Justin; JUHL, Carsten B.; PIASTA, Shayne B.; BLESES, Dorthe; HØJEN, Anders; JUSTICE, Laura M. The effects of language- and literacy-focused professional development on early educators and children: A best-evidence meta-analysis. **Early Childhood Research Quarterly**, v. 38, p. 97-115, out. 2017.

MARQUES, Alexandra, AZEVEDO, Ana, MARQUES, Liliana, FOLQUE, Maria A, & ARAÚJO, Sara B. **Orientações Pedagógicas para Creche**. 2024. Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/opc_marco2024.pdf. Acesso em: 10 fev. 2025.

NARAZANI, Edlira; RISCADO, Sara; WEMANS, Lara. **The role of family social transfers in reducing child poverty in Portugal**. 2022. Disponível em: https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/papers/re202212_eng.pdf. Acesso em: 10 fev. 2025.

NATIONS COMMITTEE ON THE RIGHTS OF THE CHILD. **Convention on the rights of the child**: General comment no 12. The right of the child to be heard. United Nations, 2009. Disponível em: [unicef_convenc-a-o_dos_direitos_da_crianca.pdf](https://www.unicef.org/countries/unicef_convenc-a-o_dos_direitos_da_crianca.pdf). Acesso em: 10 fev. 2025.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia; FORMOSINHO, João. **Pedagogia-em-Participação: a perspetiva educativa da Associação Criança**. Porto: Porto Editora, 2013.

PINTO, Ana Isabel; PESSANHA, Manuela; AGUIAR, Cecília. Effects of home environment and center-based childcare quality on children's language, communication, and literacy outcomes. **Early Childhood Research Quarterly**, v. 28, n.1, p. 94-101, jul. 2013.

PINTO Ana Isabel, CADIMA Joana, COELHO Vera, BRYANT Donna M., PEIXOTO Carla, PESSANHA Manuela, BURCHINAL, Margaret R., & BARROS, Silvia. Quality of infant child care and early infant development in Portuguese childcare centers. **Early Childhood Research Quarterly**, v. 48, p. 246– 255, mai. 2019.

PORTUGAL, Gabriela; BARROS, Luísa; AGUIAR, Cecília; SOARES, Isabel. Effects of a professional development model on teacher-child Interactions and child engagement in Portuguese childcare centers: preliminary findings. Comunicação oral no simpósio “**Improving the quality of education in early childhood**: from research to public policies”, International Society for the Study of Behavioural Development, Lisboa, 2024.

PORTUGAL. Lei n.º 46/86, de 14 de outubro. **Lei de Bases do Sistema Educativo**. Diário da República n.º 237/1986, Série I de 1986-10-14 Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/1986-34444975-44594375>. Acesso em: 21 jun. 2025.

PORTUGAL. Lei-quadro n.º 5/97, de 10 de fevereiro. **Lei Quadro da Educação Pré-Escolar**. Diário da República n.º 34/1997, Série I-A de 1997-02-10, páginas 670 - 67. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/5-1997-561219>. Acesso em: 21 jun. 2025.

PORUGAL. Ministério da Educação, Ciência e Inovação; Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. **Despacho n.º 8251/2024, de 24 de julho.** Cria um grupo de trabalho para o estudo e a apresentação de propostas com vista à generalização do acesso à educação na infância. Diário da República, 2.ª série, n.º 142, de 24 jul. 2024. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/8251-2024-873180041>. Acesso em: 24 jun. 2025.

PORUGAL. **Portaria n.º 198/2022, de 27 de julho.** Regulamenta as condições específicas de concretização da medida da gratuitidade das creches e creches familiares. Diário da República, n.º 144/2022, Série I, 27 jul. 2022. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/198-2022-186721643>. Acesso em: 21 jun. 2025.

SHERIDAN, Susan; EDWARDS, Caroline Pope; MARVIN, Christine A. e KNOCHE, Lisa L. Professional development in early childhood programs: Process issues and research needs. **Early Education and Development**, v. 20, n. 3, p. 377–401, jul. 2009.

SLOT, Pauline (2018). Structural characteristics and process quality in early childhood education and care: A literature review. **OECD Education Working Papers**, n. 176, Luxemburgo: OECD Publishing, 2018.

UNITED NATIONS. **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development: Sustainable Development Knowledge Platform**, 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 10 fev. 2025.

VALENTE, Bianor; FEIO, Mariana; LEITE, Teresa. Os cursos de Licenciatura em Educação Básica em Portugal – uma análise comparativa. **Educação e Pesquisa**, v. 49, e261454, out., 2023.

VICENTE, Keides Batista; PESSONI, Lindalva. Registro e documentação no estágio docente da educação infantil: uma experiência formativa. **Zero-a-Seis**, v. 25, n. 48, p. 723-745, jul./dez., 2023.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

QUAL IDADE? TENSÕES INSTIGADORAS ENTRE A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM CRECHE E A FUNDAMENTAL QUALIDADE PEDAGÓGICA NO COMEÇO DA VIDA

Which quality? Instigating tensions between the training of childcare professionals and the fundamental pedagogical quality at the beginning of life

Ana Teresa Brito

Doutora em Estudos da Criança
Ispa-Instituto Universitário
Escola de Educação
Lisboa, Portugal
anateresa.brito@ispa.pt

ID <https://orcid.org/0000-0002-5699-808X>

Elisabete X. Gomes

Doutora em Ciências da Educação
Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Educação
CIEQV - Centro de Investigação em Qualidade de Vida
Setúbal, Portugal
elisabete.gomes@ese.ips.pt

ID <https://orcid.org/0000-0001-6635-6307>

Raquel Corval

Doutora em Psicologia Aplicada
ProChild CoLab Against Poverty and Social Exclusion Association (ProChild CoLAB)
Guimarães, Portugal
Raquel.corval@Prochildcolab.pt

ID <https://orcid.org/0009-0003-6005-1985>

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA DO PRINCIPAL AUTOR

Ispa-Instituto Universitário. Rua do Jardim do Tabaco, 34. 1149-041 Lisboa. Portugal.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: A. T. Brito, E. X. Gomes, R. Corval

Coleta de dados: A. T. Brito, E. X. Gomes, R. Corval

Análise de dados: A. T. Brito, E. X. Gomes, R. Corval

Discussão dos resultados: A. T. Brito, E. X. Gomes, R. Corval

Revisão e aprovação: A. T. Brito, E. X. Gomes, R. Corval

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO

O trabalho desenvolvido pelo ProChild CoLAB foi apoiado por fundos nacionais através de: (ii) Programa Missão Interface, do Plano de Recuperação e Resiliência, aviso nº 01/C05-i02/2022, aprovado pela ANI – Agência Nacional de Inovação, S.A.; e (II) Fundação Belmiro de Azevedo.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES – uso exclusivo da revista

Márcia Buss-Simão.

HISTÓRICO – uso exclusivo da revista

Recebido em: 10-01-2025 – Aprovado em: 06-06-2025